

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ESPANHOL: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO NO SÉCULO XXI

Elda Rosa Rodrigues Ribeiro da Silva¹

Erida Souza Lima²

GT2- Formação e Atuação Docente

RESUMO

Neste artigo abordaremos a formação de professores de espanhol e todas as atividades que envolvem a atuação docente, começando pela legislação que regulamenta este ensino, passando pelo sentimento de alegria ao ensinar, a postura que deve ter um professor de língua espanhola, a necessidade de planejamento e, finalmente, como se deve ensinar esta língua. Inicialmente, será realizada a reflexão sobre as políticas linguísticas que envolvem o ensino deste idioma, em seguida, conheceremos o espaço onde ocorre essa formação, desmistificando a ideia que o início da formação de professores de espanhol acontece apenas nas cadeiras da universidade e se finaliza após a formatura. Existem múltiplos espaços que possibilitam a formação formal e informal do professor, como no próprio estágio, através de contato com experiências, apresentações de trabalho, participação em eventos, etc. Conforme previsto na LDB/1996 no artigo 67, Inciso II é preciso que haja “[...] aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive, com licença periódica remunerada para esse fim”, assim, após a formatura, o professor deve estar em constante atualização e formação, pois os conteúdos tem prazo de validade, tendo em vista as constantes mudanças que ocorrem no mundo globalizado.

PALAVRAS - CHAVE: Língua Espanhola. Políticas Linguísticas. Prática Docente.

RESUMEN

En este artículo abordaremos la formación de profesores de español y todas las actividades que involucran su actuación docente, empezando por la legislación que

¹ Possui Graduação em Letras Português/ Espanhol pelo Centro Universitário Jorge Amado (2004), Pós-Graduação Lato Sensu em Língua Espanhola pela PUC de Minas Gerais (2006) e em Docência e Tutoria em EAD pela Universidade Tiradentes (2012), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010) . É professora Adjunto I na Universidade Tiradentes, e docente de língua espanhola na rede estadual do estado de Sergipe. É coordenadora do curso de Letras Português/ Espanhol e desenvolve a função de professora supervisora do PIBID/UFS na área de língua espanhola.

² Possui Mestrado em Letras, pela Universidade Federal de Sergipe (2015); Especialização em Ensino de Línguas Mediado por Computador, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014); Aperfeiçoamento em Enseñanza de Español como Lengua Extranjera, pelo ESEADE Instituto Universitario / Argentina (2012); e Graduação em Letras/Espanhol, pela Universidade Federal de Sergipe (2011). Atualmente é professora assistente I de língua espanhola na Universidade Tiradentes, atuando no curso de Letras Português/Espanhol.

regula esta enseñanza, pasando por el sentimiento de alegría al enseñar, la postura que debe tener un profesor de lengua española, la necesidad de planificación y, finalmente, como se debe enseñar esta lengua. Inicialmente, se realizará la reflexión sobre las políticas lingüísticas que envuelven la enseñanza de este idioma, luego, conoceremos el espacio donde ocurre esa formación, desmitificando la idea que el inicio de la formación de profesores de español ocurre sólo en las sillas de la universidad y se finaliza después del término del curso. Existen múltiples espacios que posibilitan la formación formal e informal del profesor, como en la propia pasantía, a través del contacto con experiencias, presentaciones de trabajo, participación en eventos, etc. Conforme previsto en la LDB/1996 en el artículo 67, Inciso II hay que existir “[...] perfeccionamiento profesional continuado, incluso, con licencia periódica remunerada para ese fin”, así, después de la formación, el profesor debe estar en constante actualización y formación, pues los contenidos tienen plazo de validez, sobretodo ante los constantes cambios que ocurren en el mundo globalizado.

PALABRAS - CLAVE: Lengua Española. Políticas Lingüísticas. Práctica Docente.

APRESENTAÇÃO

Neste artigo, abordaremos sobre a formação do professor de espanhol, mas antes de iniciarmos a reflexão sobre este tema, que elementos são necessários para a formação de um professor de espanhol? Por muitos anos, foi construída a concepção de formação com o domínio das 04 habilidades linguísticas, a saber, ler, ouvir, escrever e falar bem o espanhol, que se constituem como elementos importantes e necessários, mas que não são suficientes para a atuação ideal.

Rubem Alves em sua obra “A alegria de ensinar” (1994), traz algumas reflexões sobre a atitude do professor como um mestre que ensina a felicidade, associando a sua ação à sedução, de forma que o aluno deseje a disciplina e, assim, aprenda de forma prazerosa, como pode ser visto a seguir:

Pois o que vocês ensinam não é um deleite para a alma? Se não fosse, vocês não deveriam ensinar. E se é, então, é preciso que aqueles que recebem, os seus alunos, sintam prazer igual ao que vocês sentem. Se isso não acontecer, vocês terão fracassado na sua missão, como a cozinheira que queria oferecer prazer, mas a comida saiu salgada e queimada (ALVES, 1994, p.10).

O professor deve acreditar na sua ação e ser o diferencial na sua prática. É preciso falar a língua do nosso aluno para que possa se fazer entender e, assim, a aprendizagem flua com tranquilidade. Nesse contexto, outra escritora que também associa a imagem do professor a um sedutor é Adélia Prado que, na sua marcante frase, afirma “não quero faca nem queijo, quero é fome”, o professor é considerado como aquele que abre o apetite e desperta o desejo de aprender. Dessa forma, é preciso mudar

a alma do professor, fazê-lo refletir sobre a finalidade da sua ação e compartilhar com os alunos o conhecimento de forma prática e aplicável para que se provoque a curiosidade, o espanto e a inteligência, pois se não mudar, a reforma escolar não terá efeito com velhas práticas pedagógicas. Por isso, faz-se necessária uma nova imagem para o professor na criação da alegria de pensar e não na formulação de respostas prontas, pois isso o aluno já encontra facilmente em variados recursos que estão à sua disposição, como livros e internet.

Sabemos que este discurso seria o ideal e, muitas vezes, a realidade da escola é bem diferente, pois, atualmente, nota-se que a educação brasileira está moldada na preparação para os vestibulares, que definem toda a filosofia de educação e prática escolar, sendo que pelo próprio formato dos exames, o ensino é passado de forma engessada, descontextualizada e sem trabalhar a capacidade de pensar do aluno.

Para o autor, a Educação deve estar ligada com a vida, pois não há Educação sem conexão com outros valores. É preciso criar a alegria de pensar através da provocação da curiosidade no aluno.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DO ESPANHOL

Para compreensão do processo de formação docente em língua espanhola, é preciso que todo profissional domine e faça uso das políticas linguísticas que regem o ensino desta língua. Dessa maneira, todo professor que ensina este idioma na educação básica deve ter conhecimento do embasamento legal para a construção de seu planejamento didático durante a sua prática docente.

A aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna, é um direito de todo o cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996). Portanto, permitir ao aluno conhecer outra língua se configura como um exercício pleno da democracia, e a escola, enquanto espaço legítimo para sua realização, não pode eximir-se disso. (FONSECA; BARRETO, p. 2)

Neste artigo, antes da compreensão da formação de professores de espanhol, você conhecerá um pouco das políticas linguísticas que giram em torno da oferta da língua espanhola e o seu uso. Mas o que é política linguística? Entende-se por este termo, o tratamento que a língua estrangeira ou nacional recebe das estruturas de poder, ou seja, trata-se de grandes decisões políticas sobre a língua e o seu uso na sociedade.

No estudo da língua espanhola, por exemplo, podemos considerar alguns documentos regulamentadores que norteiam, atualmente, o ensino deste idioma na sociedade.

Primeiramente, o ensino da língua espanhola, no Brasil, teve sua regulamentação e guias norteadores publicados a partir do ano de 2005, com a implantação da lei 11.161, que trata da oferta obrigatória desse idioma na educação básica e, em seguida, no ano de 2006, com a publicação das Orientações Curriculares do Ensino Médio (OCEM), que tem o capítulo 04 destinado aos conhecimentos do espanhol, que conheceremos um pouco mais a seguir. Mas como era tratado o ensino dessa língua antes da publicação desses documentos específicos?

Mais adiante você conhecerá, através de comentários e reflexões, outros documentos norteadores, criados antes da implantação da lei 11.161 e das OCEM. Trata-se da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB/1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 2000 (PCN/2000), sendo, neste último documento, destinado um capítulo sobre os conhecimentos de língua estrangeira moderna, no qual serão centradas algumas reflexões.

LDB

Em 20 de dezembro de 1996 foi criada a Lei 9.394, com o fito de estabelecer as diretrizes e bases na educação nacional e nesta análise, por tratar-se de uma lei, utilizarei os artigos e incisos para posterior reflexão e contextualização com o ensino da língua espanhola. Este documento, por tratar-se da base para produção dos demais norteadores, não será detalhado aqui, pois serão feitas várias retomadas ao longo deste capítulo.

Em relação à oferta de idiomas na educação básica, a LDB, além do inglês, sugere a escolha de mais uma língua estrangeira à comunidade escolar e, a partir desta proposta, muitas instituições de ensino, principalmente privadas, iniciam a oferta da língua espanhola em seus currículos. Posteriormente, com a obrigatoriedade de oferta deste idioma, em 2005, muitos se questionam sobre a razão dessa escolha, sendo associada, muitas vezes, às demandas do Mercosul, na integração do Brasil com os demais países de língua hispânica, mas a razão de obrigatoriedade da oferta deste idioma vai além disso.

Não seria possível explicar, portanto, a obrigatoriedade de oferta do idioma espanhol apenas a partir das demandas inauguradas pelo Mercosul. O entendimento passa, inevitavelmente, pelo reconhecimento da existência de uma política de integração ibero-americana, o que inclui o fortalecimento e expansão do idioma no Brasil (DEL VALLE, 2007, p. 99).

Dessa maneira, a proposta é que a língua espanhola seja trabalhada de forma internacional, apesar de sua marca ibérica, é preciso considerar também a sua internacionalização por toda a América.

A LDB apresenta no Art. 3º Inciso II- “Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”.

Neste artigo e inciso, a divulgação da cultura se faz presente no ensino, e quando tratamos do uso da linguagem, não é possível dissociar esses dois elementos, pois ela se constrói a partir das diversas manifestações culturais, que carregam aspectos intrínsecos do local e povo que a utiliza. A arte como manifestação da linguagem, também, pede uma reflexão no ensino da língua espanhola, já que através dela permite-se uma narrativa particular do mundo, seja através de manifestações sonoras, verbais, visuais ou de qualquer outro tipo de abordagem cultural. Mais adiante, serão realizadas outras reflexões acerca destes elementos tão importantes e que foram mencionados, também, em outros documentos norteadores.

O Art. 22 previu que “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Contextualizando a proposta deste artigo com o ensino de línguas estrangeiras, a partir do estudo do outro e da reflexão comparativa de sua própria situação local, é possível promover o reconhecimento de sua própria identidade e construção da cidadania, tema que também será aprofundado mais adiante através da análise de outros documentos.

Para complementar, o Art. 35 apresenta, no inciso III, “O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”, ações que se somam à proposta do Art. 22 quando promovemos uma formação cidadã, principalmente, na análise da cultura do outro de forma reflexiva, na qual o professor deve ser o mediador para que sejam desmistificados estereótipos, reducionismos e preconceitos.

PCN

No ano 2000, a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN), as línguas estrangeiras modernas tiveram sua concentração e reflexão na área: linguagem, códigos e suas tecnologias, a qual apresentou como proposta principal a aproximação do aluno em diversas culturas e permissão de

integração no mundo globalizado. Nessa perspectiva, o ensino das línguas estrangeiras deixa de ter a concepção de abordagem meramente gramatical, descontextualizada, voltada para a memorização e passa a dar prioridade a estudos de textos escritos, tendo em vista a aprovação em testes. O objetivo proposto é que a abordagem tradicional do ensino de línguas passe a ter uma visão vinculada com a realidade do aluno, tendo como foco o ensino interdisciplinar e contextualizado.

Dessa maneira, com os PCNs, o ensino tradicional de línguas, no qual a gramática é o fator preponderante para que o aluno alcance bons resultados em provas escritas, deixa de ter sentido, passando, como fator primordial, o ensino de línguas com o objetivo da comunicação adequada do aluno em distintas situações do cotidiano.

Com o objetivo do ensino da língua estrangeira tornar-se significativo e útil ao aluno, surge o desafio para o professor na aplicação prática dos conteúdos para que possa promover uma aprendizagem significativa. Nesse sentido, os PCNs sinalizam como maiores propósitos do ensino de línguas estrangeiras, no Ensino Médio, a articulação com diferentes componentes da competência linguística, ou seja, além da competência gramatical, o bom domínio do aluno da competência sociolinguística, discursiva e estratégica.

Com base nas competências acima, o professor de línguas estrangeiras deve realizar o trabalho com diferentes variantes linguísticas; desenvolver a comunicação de forma real, dando sentido e amplitude, ao mesmo tempo, em que deve quebrar estereótipos e preconceitos; usar a coesão e coerência; conceber a importância das questões culturais durante suas abordagens, principalmente, ao estudar a cultura do outro, pois é nesse momento que o aluno se reconhece na sua própria cultura, enriquecendo a sua formação e construção de identidade.

LEI 11.161

Em agosto de 2005, a história da língua espanhola, nas escolas da rede pública e privada do Brasil, tem início com a implantação da Lei 11.161, que trata da obrigatoriedade de oferta desse idioma, em horário regular, no ensino médio, tornando a sua oferta facultativa para o Ensino Fundamental, dando um prazo de 05 anos para o seu cumprimento.

Com o prazo final de implantação do ensino da língua espanhola no ano de 2010, previsto na lei, refletiremos, a seguir, sobre algumas políticas linguísticas implantadas nos currículos do Ensino Médio para o ensino do Espanhol.

OCEM

Dentre os documentos apresentados acima, as orientações Curriculares do Ensino Médio (OCEM/2006) é o documento que traz maior norte para o professor de língua espanhola, pois apresenta um capítulo específico que regulamenta o trabalho com este idioma.

Com a obrigatoriedade de implantação do ensino da língua espanhola, em 2005, este documento tem servido de guia para os professores que, muitas vezes, reproduzem algumas concepções estigmatizadas na sociedade.

Inicialmente, a proposta das OCEM é desmistificar a visão da língua espanhola como simplista, fato muito comum entre os alunos, por possuir semelhança com a língua portuguesa, o que promove um reducionismo do idioma no cenário nacional. Outro elemento que é refletido no documento é o combate à visão estereotipada do espanhol, muito reproduzida, inclusive por professores, como sendo a língua da Espanha, o espanhol puro e padrão.

A proposta é que a oferta da língua espanhola na escola seja diferente do que se propõe nos centros de idiomas, ou seja, não reduzir a função da língua apenas à comunicação, mas permitir um pouco menos de ação e mais reflexão. Mas como se daria essa proposta no ensino da língua espanhola? Alguns elementos essenciais foram apontados como necessários, como a interdisciplinaridade, o trabalho com a língua como forma de permitir ao aluno a constituir-se como sujeito por meio do contato com o outro, para que, a partir daí, ele possa reconhecer a diversidade que o cerca.

Tratando-se do ensino da língua espanhola, as OCEM afirmam que o ensino deste idioma tem uma função social, pois permite a formação da cidadania, já prevista na LDB, quando são aplicados os conhecimentos voltados para o ensino das variantes regionais, culturais e sociais em uma comunicação intercultural, não focando, apenas, as regras de memorização.

Logo, a proposta deste documento para o ensino da língua espanhola, na educação básica, propõe:

- O trabalho com a diversidade linguística;
- Formação para a cidadania;
- Enfoque na língua como heterogênea;
- Realização da abordagem intercultural;
- Formação de cidadãos críticos;
- Reconhecimento da identidade do aluno a partir do conhecimento da identidade do outro;
- Ensino da língua além da metalinguagem e formação para o mercado de trabalho;
- Ensino para a inclusão social e eliminação de fronteiras;
- Promoção do convívio social e ético;
- Ensino da língua além das 04 habilidades linguísticas;
- Formação significativa e reflexiva;
- Desmistificação de estereótipos reducionistas;
- Quebra da hegemonia do espanhol peninsular;
- Aproximação entre o português e espanhol;
- Necessidade de formação continuada do professor.

Diante de tantas orientações e propostas, surge uma pergunta que, por muitos, está sendo formulada erroneamente: que espanhol ensinar? Essa equivocada indagação leva ao pensamento de que há um espanhol padrão diante de sua vasta diversidade, e reproduz o reducionismo do idioma, dessa maneira, a pergunta correta seria: como ensinar espanhol?

Para o professor de língua espanhola, o primeiro desafio é selecionar o conteúdo que será trabalhado e, muitas vezes, o livro é a fonte facilitadora da ordem de apresentação desse planejamento. Mas seria o livro a fonte inesgotável para o professor? No planejamento das atividades que serão propostas na aula, partindo desde a explicação do professor, é preciso que haja uma articulação com diferentes ferramentas, assim, como a diversidade de oferta de materiais, sendo, neste cenário, o livro um facilitador e organizador de conteúdos, mas não o único recurso de consulta. As OCEM sugerem o uso de material autêntico e multimodal, como vídeos, podcasts, dicionário, gramática, músicas e textos.

Outro ponto importante na atuação docente é a análise contrastiva com a língua materna, para que nessa comparação e com o embasamento que o aluno já possui, seja facilitado o aprendizado da língua estrangeira, partindo de elementos importantes como

a construção da identidade e de reconhecimento das estruturas ensinadas na sua própria língua.

Logo, não existe uma fórmula pronta para o ensino do espanhol, mas caminhos, que se forem bem integrados, permitirão uma formação cidadã, significativa e social. Dessa maneira, é preciso ir além do ensino tradicional das 04 habilidades linguísticas, tão debatidas como centro da formação em língua estrangeira, e refletir com os alunos sobre como conhecer o outro e os modos de interação num mundo plurilíngue, multicultural e heterogêneo, partindo sempre da valorização e conhecimento prévio do aluno. É preciso sair do instrumental e permitir que o aluno se aproprie das peculiaridades socioculturais e linguísticas do outro. Dessa forma, não existe o melhor enfoque para o ensino da língua espanhola, a proposta é que ele seja integrador e eficaz e que, no final, sejam atingidos todos os objetivos propostos pelo professor.

A POSTURA DO PROFESSOR DE LÍNGUA ESPANHOLA

Uma vez que os documentos oficiais apresentam normas e propostas para o ensino da língua espanhola, surge a dúvida de como este profissional deve portar-se em alguns momentos durante a sua ação.

O histórico de ensino da língua espanhola no Brasil, para os alunos que nunca estudaram esse idioma, é de uma visão estereotipada devido à imagem reducionista dessa língua, idealizada ao longo do tempo. Quem já ouviu essas frases? O espanhol é fácil, não precisa estudar, se souber português, saberás o espanhol. Quem nunca estudou espanhol e precisa fazer uma escolha entre outras línguas estrangeiras, geralmente, tende a escolhê-la por associar a facilidade do idioma à semelhança que tem com a língua portuguesa.

Não podemos negar que há uma semelhança grande entre o português e o espanhol, fato ocorrido devido ao pertencimento da mesma origem, o latim. A partir de agora, realizaremos algumas reflexões, partindo de perguntas, que tratam da postura do professor em situações do cotidiano que, muitas vezes, torna-se um entrave por falta de conhecimento e orientações:

1. Como me portar diante de preconceitos em relação à língua e cultura hispânicas?

O trabalho com temas polêmicos em que os alunos já trazem conceitos formulados é uma sugestão para debater determinados temas carregados de uma visão estereotipada por parte dos alunos, por exemplo, quando falamos em Paraguai, a associação dos alunos é de desvalorização, falsificação e imitação. Se o professor se remete à Colômbia, com certeza, ouvirá comentários sobre o tráfico de drogas que existe lá, mas por falta de conhecimento do aluno e, caso não haja a interferência do professor, esse preconceito continuará a existir.

Outro exemplo é se o professor partir do conhecimento prévio do aluno e perguntar sobre a Argentina, boa parte associará ao futebol e tango. Infelizmente, muitos professores de espanhol continuam reproduzindo essa visão reducionista da cultura hispânica através do silêncio frente aos comentários dos alunos ou à simples reprodução do que é dito no senso comum. Como refletimos no início deste trabalho, os documentos norteadores partem da proposta da análise contrastiva e de associação da cultura local para entender a estrangeira, para que assim o aluno compreenda o outro e desenvolva a cidadania e construção de sua identidade. Uma sugestão para desmistificação desses estereótipos diante da cultura de alguns países hispânicos, como os citados acima, é que o professor desenvolva atividades em que os alunos mergulhem em conhecimento sobre elementos culturais que formam esse país, desde os costumes, personalidades, tradições, festas típicas, culinária até a política, permitindo uma expansão do conhecimento e desconstrução de dicotomias reducionistas.

2. Como corrigir os erros?

A princípio, o professor não precisa se assustar com os erros dos seus alunos, pois eles são importantes para a sua formação, uma vez que a partir deles é possível fazer uma autoavaliação de sua atuação e verificar se os alunos estão próximos do objetivo proposto por ele.

Quando tratamos do ensino de uma língua estrangeira, alguns elementos causam entraves no processo de aprendizagem, como a timidez, uma prática muito comum entre alunos, pois surge a vergonha de exposição ao erro. Esse problema é muitas vezes intensificado na turma pelo tipo de abordagem do professor no momento de corrigir a falha do aluno e que pode trazer bloqueio ou outras complicações na aprendizagem. Dessa maneira, o professor deve ter a clareza que o objetivo da correção é permitir o avanço do aluno, mas a depender da abordagem do professor, o efeito pode ser

contrário. Por esse motivo, seguem algumas orientações quanto à postura ideal frente ao erro:

- Deixar sempre os critérios claros;
- Não expor o aluno;
- Compartilhar com o grupo, de forma construtiva, para que o erro não seja reproduzido novamente;
- Reunir os erros por categoria;
- Valorizar sempre a participação do aluno, mesmo que existam falhas;
- Analisar cada dimensão dos equívocos cometidos, fazendo relações para que a compreensão se torne significativa e o aluno entenda em que aspecto necessita melhorar.

Outra referência importante é que o professor também deve partir da análise dos erros dos alunos para avaliar a sua própria prática e, assim, criar um planejamento para que uma ação seja executada, tendo em vista as recorrências encontradas como déficit por parte dos alunos. Dessa maneira, o erro do aluno pode ser um sinal que o professor falhou em algum aspecto, seja pela falta de clareza, que deixou o aluno confuso ou uso da linguagem inadequada, por exemplo.

3. Que variante ensinar?

Ainda existe uma grande tendência em classificar como clássico, puro ou mais correto o espanhol da Espanha e esse reducionismo da língua espanhola não pode ser propagado na mente dos alunos, mas desmistificado na atuação docente. Logo, surge a necessidade de substituir o discurso hegemônico pela pluralidade cultural.

Nesse contexto, a dúvida existente por muitos professores, principalmente, diante das primeiras práticas em sala de aula é que variante utilizar? Primeiramente, é importante que o professor tenha a clareza que não existe uma variante padrão para uso da língua espanhola, como já se ouviu por muito tempo de forma equivocada que a variante espanhola era considerada a padrão. O professor de língua espanhola deve escolher a variante que vai ensinar, sendo utilizados na escolha, na maioria das vezes, os seguintes critérios: uso da língua que aprendeu, seja por um professor, contato em viagens ou por influência do nascimento. Sendo assim, caso o aluno tenha aprendido espanhol com um argentino, em que o som do “LL”, é representado pelo som de /ch/ e que é bem diferente da sua variante, do Chile, por exemplo, que se representa pelo som de /dj/. Como deverá se portar diante das seguintes indagações?

- “Professor, por que você fala espanhol diferente de mim?”
- “Professor, me ensinaram de modo diferente. E, agora, qual variante devo usar?”
- “Professor, o senhor está falando errado. Eu não aprendi dessa forma.”

E, então, quais as possíveis respostas às indagações acima? A postura do professor diante desse conflito, muito comum nas aulas de espanhol, deve ser de neutralidade, pois o uso das variantes é algo livre e que deve ficar a critério do falante, principalmente, quando a aprendizagem não ocorre de forma natural, como acontece com os nativos. Para evitar esse tipo de questionamento, por parte do aluno, é importante que no seu primeiro dia de aula seja apresentada a realidade da língua espanhola no mundo e suas variantes, para que o discente tenha conhecimento da dimensão desse idioma e cultura no mundo e não reproduza algumas perguntas estereotipadas, pensando que uma forma tem mais prestígio que a outra. Assim, aprender uma língua não é somente aprender palavras, mas também seus significados culturais e como as pessoas, através dela, entendem e interpretam a realidade de mundo e é por isso que quando os alunos adquirem o domínio do código, nesse caso o da língua espanhola, devem ser submetidos às práticas sociais de linguagem.

PLANEJAMENTO

Segundo Luckesi (1992) planejar corresponde a “[...] um conjunto de ações coordenadas, visando atingir os resultados previstos de forma mais eficiente e econômica”. Na prática docente, não é diferente, além da vocação e amor pela profissão, é preciso um detalhado planejamento das ações que serão executadas. Para isso, o primeiro passo necessário nessa caminhada é a clareza do professor no objetivo que deseja alcançar, tendo como base os conteúdos que serão utilizados, pois esse será o norte e ponto de partida para a criação de todo o seu planejamento.

Outro elemento fundamental é que a proposta de planejamento esteja de acordo com o perfil do grupo alvo, por isso, é primordial analisar se a atividade planejada se adequa à realidade dos alunos, tendo como pontos de observação a faixa etária, nível de conhecimento sobre o assunto e o comportamento do grupo, não esquecendo que esses dados sempre devem ser criteriosamente pontuados durante o período de observação da escola e do professor regente junto à turma que trabalhará futuramente. A atuação docente requer também o domínio do tempo e uma excelente distribuição do seu uso durante a apresentação.

Então, podemos considerar o planejamento como principal norte do professor, pois para se conhecer a realidade de atuação é preciso planejar e é a partir dele que é construída a aula, por isso ele não deve ocorrer no momento do encontro com os alunos, já que exige um momento à parte de reflexão. É por isso que o planejamento necessita ser levado concluído para a sua pronta execução na aula. Mas, se o planejamento não der certo, o que o professor deve fazer? É sempre muito importante que o professor, além do planejamento da aula, leve o “plano B”, ou seja, uma segunda proposta de trabalho com objetivos e ações bem definidas, pois, caso ocorra alguma intercorrência, seja por questões técnicas, de compreensão, aceitabilidade ou execução, haverá outra proposta de trabalho. No planejamento, caso o professor não encontre um livro ou recurso de apoio, para que contribua na prática de sua aula, é muito importante a adaptação de materiais para que se encaixem à proposta de planejamento de acordo com a necessidade e o desenvolvimento dos alunos.

Para a execução do planejamento da ação docente, o professor pode fazer uso de alguns tipos de documentos compostos por elementos necessários para o preenchimento de dados: o planejamento de curso e o planejamento de aula, a fim de permitir que a partir da clareza do professor possam ser organizadas todas as ideias para a execução de seu trabalho docente.

Mas, qual seria a diferença entre planejamento de curso e planejamento de aula? A diferença é que o planejamento de curso norteia de forma macro todo o trabalho do professor, fundamentando elementos centrais e importantes para que, posteriormente, se faça um plano mais específico, o plano de aula, tendo em vista os conteúdos que serão trabalhados. Dessa maneira, o planejamento de curso antecede o planejamento de aula, pois traz toda a concepção contextualizada de elementos externos que influenciam na aprendizagem do aluno, sendo necessário apenas o preenchimento de um documento com as informações necessárias.

O plano de aula, por sua vez, apresenta a organização de cada etapa da atuação do professor, dessa maneira, ele deve ser produzido por aula, levando em consideração elementos que serão trabalhados em cada encontro com os alunos como, por exemplo, conteúdos, métodos, forma de avaliação e recursos que serão utilizados nesta ação.

A partir dessa reflexão, é preciso pensar que não basta apenas o preenchimento dos formulários sem uma ampla reflexão de como se criará uma proposta com sentido para o ensino, tendo como parâmetro o público alvo. É preciso refletir “para que, o que,

como, quando e onde se deve ensinar e aprender”, para que, a partir da construção de suas respostas, haja uma contribuição para a criação do plano de ação do professor.

COMO ENSINAR A LÍNGUA ESPANHOLA?

No início deste artigo apresentados alguns documentos que regulamentam o ensino da língua espanhola e apresentam propostas para atuação à frente desse idioma. Neste conteúdo, será feita uma abordagem mais minuciosa acerca das possibilidades de atuação, diante da riqueza e das múltiplas possibilidades que este idioma oferece e serão retomadas algumas análises sobre os documentos regulamentadores já estudados, a fim de que os métodos utilizados possam contemplar as orientações propostas no currículo da língua espanhola.

Inicialmente, é preciso esclarecer que não há uma fórmula pronta para a atuação do professor de espanhol, por isso, a proposta é que estas linhas sirvam de reflexão de acordo com o objetivo de aprendizagem instituído no planejamento.

Abaixo serão retomados alguns pontos fundamentais para o ensino do espanhol previstos nos guias norteadores, para que, em seguida, possamos refletir de que forma eles podem ser apresentados aos alunos, pensando em diferentes recursos didáticos. Nesse sentido, o ensino do espanhol deve:

- Ultrapassar conhecimentos da metalinguagem;
- Assumir compromisso com os educandos;
- Romper fronteiras;
- Possibilitar a inclusão social;
- Ser usado como ferramenta do conhecimento;
- Formar cidadãos críticos;
- Promover a cidadania;
- Trabalhar a diversidade cultural;
- Abordar elementos socioculturais;
- Usar multiletramentos (letramento visual, digital);
- Usar linguagens multimodais (escrita, visual, sonora);
- Valorizar a identidade do outro;
- Romper estereótipos e dicotomias reducionistas;
- Compreender que há uma heterogeneidade no uso da língua;
- Aguçar a sensibilidade linguística do aluno através de comparações com a língua materna;
- Adaptar diversos usos da linguagem em diferentes ambientes;

- Escolher com critério o material didático.

Em pleno século XXI e diante de tantos avanços e exigências normativas sobre o ensino da língua espanhola, é preciso reconhecer que existem formas dinâmicas de produzir e compartilhar o conhecimento, dessa maneira, a proposta do professor não pode ficar aquém daquilo que os alunos já costumam utilizar. Sobre a escolha do material didático, por exemplo, há livros que tratam de realidades distantes da brasileira e não se contextualizam com a proposta do professor, por isso a importância de sempre avaliar de forma correta o material de apoio.

Outro cuidado que o professor deve ter é na reflexão de como trabalhar uma aula heterogênea, tendo em vista a diversidade da sala de aula. É preciso tornar a aula atrativa, com atividades lúdicas e dinâmicas e que esteja conectada à proposta de gerar uma aprendizagem significativa para o aluno.

Como a língua é uma construção histórica e em constante transformação, é preciso que o professor inove em sua atuação e vá além das propostas tradicionais de ensino.

Mais um elemento importante na atuação docente é a análise contrastiva com a língua materna, para que nessa comparação e com o embasamento que o aluno já possui, seja facilitado o aprendizado da língua estrangeira, partindo de elementos importantes como a construção da identidade e de reconhecimento das estruturas ensinadas na sua própria língua.

CONCLUSÃO

Dessa maneira, no contexto atual, é preciso que o professor de língua espanhola, dentro da sua realidade de ensino e tendo como parâmetro os documentos oficiais que regulamentam a sua prática, tenha clareza que todos os elementos pontuados como necessários não resolverão a questão do ensino se ele não se enxergar como principal agente da transformação educacional.

Neste cenário, o papel da escola também é importante no combate a reproduções preconceituosas, simplificadoras. Por isso, a importância da exposição a variedades com o objetivo de mostrar que a homogeneidade leva à exclusão. Todos os recursos ora apresentados não devem ser utilizados de forma isolada e meramente como elementos lúdicos para uma aula dinâmica, mas como facilitadoras do aprendizado, dentro da programação dos objetivos do professor. Se no contexto atual, as diversas formas de

informação encontram-se tão acessíveis pelos alunos, cabe ao professor ser o mediador, filtrando, compartilhando e orientando os caminhos para a construção do conhecimento.

Logo, não existe uma fórmula pronta para o ensino do espanhol, mas caminhos, que se forem bem integrados, permitirão uma formação cidadã, significativa e social. Dessa maneira, é preciso ir além do ensino tradicional das 04 habilidades linguísticas, tão debatidas como centro da formação em língua estrangeira, e refletir com os alunos sobre como conhecer o outro e os modos de interação num mundo plurilíngue, multicultural e heterogêneo, partindo sempre da valorização e conhecimento prévio do aluno. É preciso sair do instrumental e permitir que o aluno se aproprie das peculiaridades socioculturais e linguísticas do outro. Dessa forma, não existe o melhor enfoque para o ensino da língua espanhola, a proposta é que ele seja integrador e eficaz e que, no final, sejam atingidos todos os objetivos propostos pelo professor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A alegria de Ensinar**. 3. ed. ARS Poetica, 1994.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Conhecimentos de Espanhol. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério de Educação, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Conhecimento de Língua Estrangeira Moderna. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério de Educação, 2000.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei nº 13.005**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm> Acesso em: 20 julho de 2016.

FONSECA, A.L.L.C; BARROS. D.E.C. **Análise Crítica do discurso da lei n. 11.161/2005: breves apontamentos**. Disponível em: <<http://www.dle.uem.br/conali2013/trabalhos/346t.pdf>> Acesso em: 20 julho de 2016.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1992.

VALLE, José del. **La lengua ¿pátria común?** Ideas e ideologías del español. Frankfurt/ Madrid: Vervuert/ Iberoamericana, 2007.